

**OS PENSAMENTOS LINGÜÍSTICOS  
E A GRAMÁTICA NORMATIVA:  
QUAL É A RELAÇÃO EXISTENTE?**<sup>206</sup>

*Thiago Soares de Oliveira* (UENF)

[so.thiago@hotmail.com](mailto:so.thiago@hotmail.com)

*Sérgio Arruda de Moura* (UENF)

**RESUMO**

Este trabalho objetiva a reflexão teórica a respeito da possibilidade da influência dos diversos pensamentos acerca da linguagem no comportamento da gramática normativa (considerada como compêndio que reúne as normas relativas à variedade padrão da língua), colaborando para que, dessa forma, fosse firmada uma ideologia da padronização linguística que, na maioria das vezes, impulsiona o preconceito linguístico contra os indivíduos que não dominam a norma-padrão. Para tanto, adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, tendo em vista a necessidade de se delinear a trajetória dos pensamentos linguísticos a fim de, em seguida, refletir sobre a tradição gramatical como uma doutrina que se pereniza por meio da gramática normativa. Nesse rumo, são articuladas diversas concepções de estudiosos da linguística e da sociolinguística variacionista sob o viés da língua não apenas como instrumento de comunicação, mas também como um meio de prática social. Ao fim, após pertinentes incursões teóricas, conclui-se que o conhecimento da norma-padrão compilada pela gramática normativa preserva sua importância em diversos momentos da vida do indivíduo e que, apesar da evolução do pensamento linguístico trazida especialmente pela sociolinguística, poucas modificações foram incorporadas às intenções normativas dos compêndios gramaticais.

**Palavras-chave:** Língua Portuguesa. Sociolinguística. Gramática.

## ***1. Introdução***

É sabido que a trajetória de evolução do tratamento dispensado ao conhecimento é longa o suficiente para influenciar, senão alterar, os modos de pensar no decorrer do tempo. Relativamente aos estudos da linguagem, que reportam a uma preocupação muito antiga relacionada aos aspectos da comunicação humana, abordados em geral por meio do viés filosófico, passou-se, muitos anos depois, com o advento da sociolinguística, a uma preocupação muito mais ampla, abarcando não apenas a língua em seu efeito comunicativo, mas também em seu efeito social.

---

<sup>206</sup> Este artigo resulta de trabalho apresentado na IX Jornada Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos, realizado pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, no dia 5 de novembro de 2014.

Dessa forma, esse ramo da linguística, apesar da especial ênfase à questão da variação linguística registrada na fala, também aborda com detida atenção as demandas relativas ao preconceito e estigma linguísticos e à mobilidade social, bem como os tópicos referentes à escrita quando deles partem elementos componentes e/ou causadores das discussões sociolinguísticas. Por isso, a fim de cumprir o objetivo de refletir teoricamente sobre a possibilidade de que os inúmeros pensamentos sobre a língua possam ter sido ou não absorvidos pela tradição que reveste a gramática normativa, adotam-se as percepções da sociolinguística, mais especificamente a vertente variacionista.

Tendo em vista a riqueza de conteúdos capazes de subsidiar o delineamento de uma concisa trajetória da preocupação com a língua através do tempo, bem como de embasar as reflexões sobre a tradição gramatical, adota-se a pesquisa bibliográfica como metodologia mais apropriada ao desenvolvimento deste trabalho, cujas reflexões se justificam pelas atuais contendas que envolvem estudiosos da língua portuguesa, tanto em relação ao caráter formal do tratamento linguístico quanto em relação à língua considerada em seu caráter social. Nesse rumo, após revistos sinteticamente os principais pensamentos acerca da linguagem, desde as ideias de Platão até as críticas de Bakhtin à obra de Saussure, parte-se para uma reflexão sobre a tradição gramatical sob o viés sociolinguístico.

É preciso registrar, considerando as pretensões que foram apresentadas para este trabalho, que a discussão a respeito da tradição gramatical e das possibilidades de influência recebidas pelas gramáticas normativas é bastante ampla, não se intencionando, portanto, esgotar o assunto, mas levantar mais um ponto de vista com o intuito de colaborar para o entendimento da relação existente entre a gramática normativa e a trajetória do pensamento linguístico.

## **2. A trajetória da preocupação com a língua através do tempo**

Antes mesmo do surgimento da necessidade de normatizar a língua, o registro da história da linguística ocidental se inicia pelo confronto entre duas visões fundamentalmente opostas acerca da *lingua(gem)*<sup>207</sup>: a primeira, considerando-a como fonte do conhecimento; a segunda, como

---

<sup>207</sup> O termo "*lingua(gem)*" foi assim registrado na obra da autora porque, no inglês, a palavra *language* se refere tanto à noção de língua quanto à de linguagem.

mero meio de comunicação. Na verdade, em Atenas, por volta do século V a. C., a atmosfera era de questionamento, inclusive no que diz respeito à língua(gem). Sobre isso, "os gregos se perguntavam se a conexão entre as palavras e aquilo que denotavam provinha da natureza, *physei*, ou era imposta pela convenção, *thései*" (WEEDWOOD, 2002, p. 25).

Esse pensamento a respeito da língua recebeu considerações de Platão, em *Crátilo*, texto que retrata o diálogo entre três interlocutores, sendo que o primeiro deles, *Crátilo*, sustentava que a língua espelhava exatamente o mundo; o segundo, Hermógenes, defendia a posição de que a língua era arbitrária, claramente em posição contrária ao primeiro interlocutor; o terceiro, Sócrates, ressaltava tanto os pontos fortes como as fraquezas dos argumentos dos outros, adotando uma posição intermediária e uma solução conciliatória que fora ilustrada por meio de associações semânticas e simbolismos sonoros (WEEDWOOD, 2002)

Assim como Platão, Aristóteles, seu discípulo, tentou determinar qual era a relação exata entre as palavras e as coisas, entendendo que, para todos os homens, as impressões e as coisas diferiam das palavras porque estas representavam as interpretações. Além desses dois filósofos, outros debates foram promovidos pelos estoicos, por Apolônio Díscolo e por Dionísio Trácio. Nesses últimos já havia preocupação com os níveis de linguagem e com a gramática escrita grega (WEEDWOOD, 2002)

Ainda que toda essa discussão filosófica acerca da língua(gem) tenha sido importante, de forma preliminar, para o entendimento acerca do registro da história da linguística ocidental, a necessidade de se "criar um padrão uniforme e homogêneo que se erguesse acima das diferenças regionais e sociais para se transformar num instrumento de unificação política e social" (BAGNO, 2007, p. 63) nasceu das conquistas de Alexandre Magno "de um enorme território que ia desde a pequenina Grécia, na Europa, até o Egito, na África, passando pelo Oriente Médio, pela Mesopotâmia, e chegando até o rio Indo, no limite entre o grande império persa e a Índia" (BAGNO, 2007, p. 62). Em consequência desse apoderamento territorial, a língua do povo dominador foi imposta aos dominados, fato a partir do qual se costuma tachar a gramática tradicional de instrumento de dominação, pois combinava "instituições filosóficas e preconceitos sociais" (BAGNO, 2007, p. 63).

Desse modo, data do século III a. C. o surgimento do que se denomina, na área dos estudos linguísticos, de gramática tradicional, cujos pilares de apoio são, consoante Bagno (2010), o poder e a autoridade,

propagadores de uma ideologia que "se caracteriza por ser um discurso preso ao passado e, portanto, nada disposta a "progredir" por meio da crítica" (BAGNO, 2007, p. 20). Sem embargo dessas citações, o mesmo autor entende que a gramática tradicional "é um patrimônio cultural do Ocidente, um monumento inestimável de saberes acumulados ao longo de mais de dois milênios, um repositório de reflexões, investigações e especulações filosóficas acerca da linguagem feitas por alguns dos mais brilhantes pensadores da humanidade" (BAGNO, 2007, p. 16).

Relacionando o entendimento do autor supracitado ao da história da linguagem contida na obra de Lyons (2011), pode-se notar que a citação é evidência do reconhecimento de que "a linguística, como qualquer outra disciplina, constrói sobre o passado, não só desafiando e refutando doutrinas tradicionais, mas também desenvolvendo-as e reformulando-as" (LYONS, 2011, p. 28). Por isso, registra Bagno (2007, p. 64) que "a gramática tradicional merece ser estudada como um importante patrimônio cultural do Ocidente, mas não para ser aplicada cegamente como única teoria linguística válida".

Passados anos de evolução dos estudos linguísticos e de discussões acerca do real objeto de estudo da linguística, somente no início do séc. XX, mais precisamente em 1916, com a publicação póstuma da obra denominada *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, organizada pelos alunos Bally e Sechehaye e baseado nas ideias expostas nas aulas do mestre, que a linguística passou a ser considerada ciência. É, então, a partir daí que emerge a linguística moderna tal como hoje é conhecida.

Essa obra póstuma delimitou a língua como objeto da linguística, distinguindo ainda os conceitos de língua e linguagem. Esta era entendida como a "faculdade que nos é dada pela natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional, que deveria subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele" (SAUSSURE, 1995, p. 17). Assim, enquanto a língua era entendida como uma parte essencial e determinada da linguagem, esta, por sua vez, "não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade" (SAUSSURE, 1995, p. 17). E complementa Saussure (1995) que a língua

É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade aos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo

física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social [...] (SAUSSURE, 1995, p. 17).

Nesse excerto, já se verifica a tentativa do autor de dar à língua um tratamento social, entendendo-a, entretanto, como "classificável entre os fatos humanos, enquanto que a linguagem não o é" (SAUSSURE, 1995, p. 23) e definindo-a "como um sistema de signos que exprimem ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc. [...]" (SAUSSURE, 1995, p. 24). Devido a comparações como essas, ao longo dos séculos XX e XXI, várias críticas recaíram sobre as concepções do linguista genebrino, porque, para ele,

O fato de ser a língua uma instituição social é simplesmente um princípio geral, uma espécie de exortação que muitos linguistas estruturalistas retomaram depois dele, sem nunca prover os meios heurísticos para assumir essa afirmação: dá-se como certo o caráter social da língua e se passa a outra coisa, a uma linguística formal, à "língua em si mesma e por si mesma" (CALVET, 2002, p. 15-16).

Apesar disso, Calvet (2002) reconhece que, por se tratar de uma obra póstuma não escrita por Saussure (1995), mas por seus alunos, na tentativa de compilar os ensinamentos do mestre, existe a possibilidade de que o *Curso de Linguística Geral* não descreva à risca os pensamentos do linguista suíço. Na verdade, não se pode garantir com certeza que a obra citada não desenvolveria caminhos diversos para o entendimento de que a língua é realmente um fato social, não só porque essa obra saussuriana foi publicada anos antes do nascimento do próprio Calvet, mas também porque o pai do estruturalismo europeu não delimitou como seu campo de estudo a fala, mas a língua.

Ademais, acerca da contribuição de Saussure (1995), é importante entender a divisão do estudo da linguagem (posteriormente conhecida como dicotomia entre língua e fala) em duas partes: "uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; [...] outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala [...]" (SAUSSURE, 1995, p. 27). Essa separação é um dos pontos-chave no que tange às críticas à gramática normativa, bem como o é a teoria do signo<sup>208</sup>, que futuramente receberia críticas de Bakhtin (2009), por entender que o linguista suíço "não soube ver que o signo

---

<sup>208</sup> Para Saussure (1995), o signo linguístico seria formado pela junção entre dois elementos: o significante e o significado. O primeiro seria a parte física e representativa do segundo, a imagem acústica do primeiro. Para maior aprofundamento desse assunto, conferir Saussure (1995).

linguístico é o lugar da ideologia" (CALVET, 2002, p. 21), bem como críticas de Jakobson, em razão de "sua visão sobre a relação entre linguagem e contexto social, em que a noção de comunicação tem também um papel central" (ALKMIM, 2001, p. 25).

Aliás, Bakhtin (2009), ao criticar Saussure, entende que este não compreende com clareza e precisão o funcionamento intrínseco da língua como um sistema objetivo, oscilando entre os dois sentidos que a palavra "objetivo" pode conter se aplicada ao sistema linguístico, seja "expressando o ponto de vista da consciência subjetiva do autor", seja significando o "objetivo no sentido próprio" (BAKHTIN, 2009, p. 95). E complementa, explicando que

A consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua como um sistema de formas normativas. Tal sistema é uma mera abstração, produzida com dificuldade por procedimentos cognitivos bem-determinados. O sistema linguístico é um produto de uma reflexão sobre a língua, reflexão que não procede da consciência do locutor nativo e que não serve aos propósitos imediatos da comunicação. Na realidade o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas [...] (BAKHTIN, 2009, p. 95).

Na verdade, Bakhtin (2009) tenciona firmar que, em todos os atos de compreensão, assim como nos atos interpretativos, a palavra está presente, significando que aquele que dela se vale, além de se comunicar, transmite uma ideologia. Aliás, para o autor, a palavra é lugar de ideologia. Isso significa que a língua, muito mais do que apenas comunicar algo a alguém, expressa sentimentos e fornece indícios de classe social, lugar de origem, etc., ou seja, a palavra comporta muito mais informação do que apenas o intuito comunicativo. É preciso tem em mente, contudo, que Saussure (1995) não teve a oportunidade de aprofundar o tratamento que de fato dispensaria à língua, mas deixa traços em sua obra a partir dos quais é possível entender a língua como social, ainda que priorize o seu caráter sistêmico.

Assim sendo, traçada de forma concisa a trajetória da preocupação com a língua através do tempo, percebe-se que o pensamento linguístico, antes da emersão da linguística moderna, incluía uma abordagem filosófica que foi se desenvolvendo por meio de novas concepções ora de caráter agregador ora de caráter dissidente. Com a emersão da linguística moderna, outras preocupações se firmaram em Saussure (1995), cuja obra recebeu inúmeras críticas, sempre com o fito de aprofundar os estudos sobre a língua.

### **3. Reflexões sobre a tradição gramatical sob o viés da sociolinguística**

A sociolinguística, como uma das subáreas da linguística, entende a língua não apenas como um veículo de comunicação, mas também de informação e expressão entre os diversos indivíduos, considerando as peculiaridades inerentes a cada situação de fala e entendendo a língua falada com diversificada e heterogênea, ainda que essa heterogeneidade possa ser sistematizada. Dessa forma, a sociolinguística, como sugere o próprio nome, é uma ciência da linguagem de cunho eminentemente social, pois dispensa a devida atenção aos diversos falares (TARALLO, 1999).

A sociolinguística variacionista, ou seja, aquela que se vale da teoria da variação de William Labov, emerge na década de 1960, quando "uma linguística socialmente realista parecia uma perspectiva remota" (LABOV, 2008, p. 13). Essa subárea da linguística, no que diz respeito à concepção de língua, considera a importância do contexto social levando à discussão de dois aspectos: "o primeiro relacionado ao caráter eminentemente social dos fatos linguísticos e o segundo, à percepção da variabilidade a que tais fatos estão continuamente submetidos" (MONTEIRO, 2000, p. 13).

Segundo Tarallo (1999), são denominadas *variantes* as diversas formas de variação, ou seja, as múltiplas maneiras de se dizer algo em um mesmo contexto. Afinando ainda mais essa conceituação, o autor utiliza o termo *variantes linguísticas*. "Ao conjunto de variantes dá-se o nome de 'variável linguística'" (TARALLO, 1999, p. 8). Sobre esse assunto, Mollica (2013) explica que "cabe à sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático" (MOLLICA, 2013, p. 11).

Nesse rumo, a sociolinguística variacionista de Labov é, por excelência, quantitativa, tendo como especial objeto a variação, embora o estigma e o preconceito linguísticos, além da mobilidade social, também sejam temas que interessam aos sociolinguistas (MOLLICA, 2013). Vale ressaltar, sobre isso, que o próprio Labov rejeitou durante anos o termo sociolinguística, "já que ele implica que pode haver uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não é social" (LABOV, 2008, p. 13). Contudo, o autor assevera que

Existe uma crescente percepção de que a base do conhecimento intersub-

jetivo na linguística tem de ser encontrada na fala – a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação social com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos (LABOV, 2008, p. 13).

Ocorre que, de forma análoga ao estruturalismo europeu de Saussure (1995), os fenômenos da fala têm pouca importância para a gramática normativa, a não ser que seja para discipliná-los a fim de "atingir a forma ideal da expressão oral e escrita" (CEGALLA, 2000, p. 14). Sobre a obra *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Cegalla (2000), Oliveira (2014) entende que, enquanto o normativismo mais se interessa pelas regras da fala e da escrita, a sociolinguística preza pelo respeito aos aspectos que revestem a variabilidade linguística, não significando, no entanto, que o estudo das normas seja desnecessário, uma vez que é justamente em razão dos preceitos normativos que se "descortinam noções e aspectos a partir dos quais se sustentam as contraposições necessárias ao aprimoramento do ensino da língua" (OLIVEIRA, 2014, p. 168).

Nesse viés de entendimento, vale ressaltar que a gramática normativa de hoje é claramente influenciada pela gramática tradicional, cabendo aqui a distinção entre ambas proposta por Bagno (2010). Para ele, "a gramática tradicional é o "espírito", a "mentalidade", a "doutrina" (a ideologia) que dá alento, vigor e *ex-sistentia* ao "ser", ao "objeto", à "coisa material" que podemos adquirir, manusear e submeter aos nossos sentidos, chamada gramática normativa" (BAGNO, 2010, p. 15). Essa diferenciação é importante também para entender por que as gramáticas normativas, apesar de diferirem uma da outra, mantêm esse "espírito" a que se refere Bagno (2010): por causa da gramática tradicional.

Feita essa distinção, como deve, então, ser entendida a manutenção de uma ideologia da padronização, mesmo após o advento da sociolinguística, acompanhada da questão da variação e da heterogeneidade linguísticas? De acordo com Fiorin (2007), o fato de o conhecimento estar comprometido com interesses sociais, o conceito de ideologia se amplia. Para o autor, ideologia é "uma "visão de mundo", ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social" (FIORIN, 2007, p. 29). Assim, parece bem verdade que, de certa forma, há interesse na manutenção da padronização linguística em detrimento dos aspectos da variação, haja vista que essa manutenção pereniza também uma ordem social com base em falsos aspectos valorativos.

Recorrendo à obra de Bagno (2007a), percebe-se que a formação



de um bom falante ou escritor não se relaciona necessariamente ao conhecimento de nomenclaturas gramaticais. Aliás, Oliveira (2014, p. 168), ao analisar a obra de Cegalla (2000), também recorre a esse entendimento e acrescenta que, em razão da pressão normativa, o indivíduo acaba por se tornar um "sujeito-resultado de um fracasso no ensino na medida em que se sente incapaz de assimilar os postulados de seu próprio idioma". Isso significa que conceitos precisam ser revistos e novas posturas devem ser adotadas no que diz respeito ao excesso de exigência de padronização, ainda que, em certos momentos da vida, os indivíduos precisem do conhecimento terminológico.

À exceção dos concursos públicos, das entrevistas de emprego, das redações artigos e trabalhos científicos, que notadamente necessitam de desempenho normativo devido às particularidades das próprias seleções, uma ideologia de inversão da realidade, apregoadora de que o indivíduo culto é aquele que tem conhecimento da norma-padrão pode ser prejudicial àquele que maneja o idioma e pode incitar o preconceito linguístico contra as pessoas que não se adequam a determinado perfil linguístico. Por isso, Bagno (2007a) separa as expressões "norma culta" e "norma-padrão", sendo que esta, na verdade, não é de domínio dos indivíduos considerados cultos, mas a outra, representativa do real falar e escrever das pessoas com maior nível de escolaridade e mais urbanas.

Seguindo esse raciocínio, é importante pontuar que, para Chauí (2000, p. 76),

A noção de ideologia veio mostrar que as teorias e os sistemas filosóficos ou científicos, aparentemente rigorosos e verdadeiros, escondiam a realidade social, econômica e política, e que a razão, em lugar de ser a busca e o conhecimento da verdade, poderia ser um poderoso instrumento de dissimulação da realidade, a serviço da exploração e da dominação dos homens sobre seus semelhantes. A razão seria um instrumento da falsificação da realidade e de produção de ilusões pelas quais uma parte do gênero humano se deixa oprimir pela outra.

Com efeito, a percepção da autora sobre a noção de ideologia pode ser resgatada com o objetivo de entender o porquê da manutenção dos excessos normativos em algumas gramáticas, apesar da longa trajetória de mudanças do pensamento a respeito da língua e de sua importância. Em outras palavras, se a excessiva preocupação com a norma se perpetua, isso pode ser reflexo da realidade social em que a norma está inserida. Não há de se discutir a importância da norma e da padronização em inúmeros momentos da vida do indivíduo, eis que isso é óbvio; a crítica aqui recai apenas sobre os excessos que desconsideram as nuances da va-

riabilidade linguística, que representa a existência tanto da heterogeneidade linguística quanto da heterogeneidade social.

A título de exemplo, importa citar o compêndio de Ulisses Infante (2001), denominado *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*, dado que, apesar de se propor normativa, a obra demonstra preocupação com os aspectos da comunicação oral e da escrita, reservando da página 12 à 86, ou seja, a parte I da gramática, para a discussão de conceitos e percepções linguísticas que consideram a língua como prática social. Há, inclusive, algumas laudas reservadas à questão da variedade linguística, em que se contemplam fatores geográficos, sociais, profissionais e situacionais. Infante (2001, p. 27) entende, relativamente aos fatores situacionais, que, "em diferentes situações comunicativas, um mesmo indivíduo emprega diferentes formas de língua". Isso ratifica que é o ambiente linguístico de fala ou escrita que, de fato, determinará a variedade a ser utilizada. Por isso, também é necessário o conhecimento da norma-padrão, mas não da forma como propõe Cegalla (2000), de acordo o entendimento de Oliveira (2014).

Ainda que a tradição esteja presente nos compêndios gramaticais em geral, afora alguns poucos que reservam tratamento diferenciado, como é o caso de Infante (2001), é importante asseverar que, a fim de evitar a propagação do preconceito linguístico, "o conhecimento não pode ser ideologia ou, em outras palavras, não pode ser máscara e véu para dissimular e ocultar a realidade servindo aos interesses da exploração e da dominação entre os homens (CHAUÍ, 2000, p. 134). Na verdade, o conhecimento deve ter caráter de emancipação do indivíduo, e não de diminuição pessoal pelo desconhecimento ou não uso de determinada variedade linguística. Assim, o falante e o escritor da língua devem ter acesso a uma ampla gama de variedades, inclusive a norma-padrão.

Ante o exposto, é preciso registrar, por fim, que todo conhecimento está sujeito às mudanças e às novas abordagens, absorvendo-as ou não, incorporando-as ou não, podendo acatar ou refutar críticas, tudo conforme o decorrer do tempo. Quanto ao conhecimento gramatical, registrado nas gramáticas normativas, mas não apenas nessas obras, desde que ele não seja um fim em si mesmo, ou seja, contanto que não despreze a diversidade linguística que é fruto da heterogeneidade social, deve ser contemplado normalmente como uma variedade tão importante quanto as outras, podendo elevar ou diminuir sua relevância a depender da situação em que é empregada.

#### **4. Considerações finais**

A literatura linguística é farta em relação ao momento do surgimento da necessidade da normatização e ressalta que esse momento foi marcado por uma relação de poder em que o povo dominado tinha uma nova língua imposta pelo dominador, demonstrando que a normatização, em sua gênese, carrega o caráter de dominação. Essa tradição da padronização, perpetuada através dos tempos, não se amolda à realidade outra na qual se encaixam os séculos XX e XXI, uma vez que os conhecimentos a respeito da variação linguística emergiram naquele século e estão em voga neste. A sociolinguística tem, pois, papel importante e agregador aos conhecimentos já cristalizados pela gramática normativa.

Como se percebe, existem inúmeras variedades linguísticas, assim como existem inúmeros tipos de indivíduos. Por isso, o conhecimento da diversidade linguística que, por óbvio, inclui a norma-padrão, deve estar disponível a todas as pessoas para que o preconceito contra uma variedade mais estigmatizada não se instale ao ponto de coagir o falante ou escritor em seu próprio domínio idiomático, como tradicionalmente ocorria há vários séculos. Nesse caso, a tradição era claramente desvantajosa para o povo dominado, que assistia impotente à dilapidação de sua língua pelo dominador. Isso representa que, além da dominação, havia e há uma ideologia embutida na palavra, já que a destruição de uma língua significava a subjugação de um povo.

Na verdade, o ensino da norma-padrão não deve ser descartada nem afastada do conhecimento dos indivíduos, sob pena de que se afastem, também, algumas oportunidades profissionais, visto que o domínio dessa variedade da língua é exigência de certames e meio de acesso a determinados cargos. Não deve a normatização, contudo, ser facilitadora do preconceito linguístico ou da exclusão do falante, pois seria equivocado atribuir a apenas uma variedade a incumbência de promover a ascensão social. Aliás, a trajetória de desenvolvimento dos pensamentos linguísticos fornecem indícios de que a evolução do conhecimento deve agregar, e não excluir indivíduos pelo assentamento de uma ideologia fragmentária de diminuição pessoal, em vez de conciliadora e emancipadora, capaz de considerar que a situação de uso indicará a melhor variedade a ser empregada.

Ante o exposto, é importante pontuar, por fim, que, mesmo havendo compêndios gramaticais que materializam e perenizam a antiga tradição de domínio linguístico, há uma tendência que aponta para a con-

sideração das contribuições trazidas pela sociolinguística. Ocorre que muitos pensamentos linguísticos se desenvolveram, mas pouco foi aproveitado pela gramática normativa que, a passos lentos, resiste às mudanças.

Há de se pontuar, em contrapartida, que as obras que se propõem normativas, como é o caso da gramática de Cegalla (2000), tendem a se apresentar como disciplinadoras da língua e, de fato, cumprem o que apregoam. Outros compêndios, como o de Infante (2001), demonstram considerar o que de social há na língua, ainda que sigam com a exposição da norma-padrão. Por isso, não se pode afirmar de forma taxativa que a evolução do pensamento linguístico não influenciou a gramática normativa; ao revés, há de considerar, ainda que minimamente, a possibilidade de mudança no que se refere à preocupação de alguns gramáticos em incluir na obra de sua autoria uma seção relativa a considerações sobre a língua como prática social.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística – parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2001.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2007.

BAKTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 43. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

INFANTE, Ulisses. *Curso de gramática aplicada aos textos*. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MONTEIRO, José Lemos de. *Para compreender Labov*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

LYONS, John. *Lingua(gem) e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

OLIVEIRA, Thiago Soares de. O prefácio de Cegalla: análise sob as perspectivas sociolinguísticas e o conceito de *ethos* da análise do discurso Francesa. *Vértices*, Campos dos Goytacazes/RJ, vol. 16, n. 1, p. 155-169, jan./abr. 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1999.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da lingüística*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2002.